

**Atenágoras e a Petição em favor dos cristãos:
identidade e alteridade religiosa no Império Romano
(século II d. C)**

Carolline da Silva Soares*
Submetido em Março/2015
Aceito em Julho/2015

RESUMO:

A obra analisada neste artigo é a apologia escrita pelo sacerdote Atenágoras de Atenas, denominada de *Petição em favor dos cristãos* e elaborada, provavelmente, entre os anos de 176 e 180. Este escrito estava endereçado aos imperadores Marco Aurélio e Cômodo. A apologia evidencia a conflituosa relação existente entre os adeptos do cristianismo e o poder imperial. Atenágoras buscou, por meio da literatura, defender os dogmas cristãos e refutar as acusações de ateísmo, incesto e antropofagia, as quais eram imputadas aos cristãos pela sociedade romana.

Palavras-chave: Atenágoras – Cristianismo – Paganismo – Identidade – Alteridade.

ABSTRACT:

The work discussed in this paper is the apology written by the priest Athenagoras of Athens called *Petition in favor of Christians* and elaborate probably between the years 176 and 180. This writing was addressed to the emperors Marcus Aurelius and Commodus. The apology highlights the conflictual relationship between the followers of Christianity and the imperial power. Athenagoras seeks, through literature, defend the Christian dogmas and refuting accusations of atheism, incest and cannibalism, which were attributed to the Christians by the Roman society.

Keywords: Athenagoras – Christianity – Paganism – Identity – Otherness.

* A autora é doutoranda do Programa de pós-graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sob a orientação do professor Gilvan Ventura da Silva, com apoio institucional da CAPES, e desenvolve pesquisas relacionadas ao estudo do cristianismo em autores como Atenágoras de Atenas, Orígenes de Alexandria e Cipriano de Cartago. Contato: carollines@gmail.com

Durante o II século d. C. ocorreu o que consideramos ser uma das etapas de grande importância na consolidação do cristianismo e, sobretudo, da identidade cristã. Estabeleceu-se nessa época a confecção de apologias por escritores cristãos, bispos e sacerdotes, que se constituíam como obras literárias endereçadas, principalmente, à corte imperial. Estas obras possuíam o intuito de expor os princípios da fé cristã e solicitar a benevolência dos imperadores (SILVA, 2006, p. 244). Tais obras foram confeccionadas, muitas vezes, em razão dos conflitos que envolveram os cristãos, no período referente aos três primeiros séculos (JAEGGER, 1961, p. 64). Assim, devido às perseguições – esporádicas e locais – e aos ataques que eram movidos em direção aos cristãos, criou-se a necessidade de “justificar e defender a sua religião diante das autoridades e da *intelligentsia* pagã” (ELIADE, 1979, p. 134-135).

As apologias: uma defesa da fé cristã

A composição de apologias pode levar-nos a muitas conclusões. Mas o que indagamos aqui é: as apologias, enquanto defesa da crença cristã, realmente contribuíram para forjar uma identidade? Havia realmente uma segregação entre paganismo e cristianismo no Império Romano? Ao afirmarem suas diferenças perante a sociedade pagã romana, os cristãos consolidaram uma identidade? Quais as razões que levaram os pagãos a estigmatizar e perseguir os cristãos? Qual era a relação entre o poder imperial e os cristãos? Qual a relação entre a sociedade pagã romana e os cristãos?

Para entendermos melhor as razões da fabricação de tais escritos – as apologias –, é preciso conhecer o contexto no qual o surgimento do cristianismo se insere. Esse surge numa conjuntura em que Roma está se consolidando como império. Nesse período o cristianismo era considerado, *a priori*, como uma das inúmeras seitas presentes no seio do judaísmo. Inicialmente se distinguiram dos judeus por crerem que Jesus de Nazaré era o Messias pelo qual tanto esperavam (CHADWICK, 1967, p. 09). Eram tratados muitas vezes com desprezo por seus compatriotas judeus, sobretudo pelas lideranças judaicas.

Foi em meados do século I d. C. que começaram a aparecer os primeiros traços de uma distinção entre cristianismo e judaísmo. Segundo Silva (2006, p. 241), foi com a destruição do Templo de Jerusalém, em 70, que a proximidade entre as duas crenças se fez insustentável. Ao se oporem ao movimento dos adeptos de Jesus, alguns judeus atacaram os cristãos, assim como perseguiram outros “arruaceiros religiosos” (JOHNSON, 2001, p. 47). Para Franzen (1996, p. 25) os judeus possuíam desconfiança, rejeição e hostilidade em

relação aos cristãos. Segundo este autor, o que provocava tais atos contra os cristãos era o fato dos judeus não concordarem com certas práticas cristãs, tais como “o batismo cristão, a oração, dirigida a Cristo, a celebração da eucaristia, a comunidade de amor exclusivamente cristã, que forçava à doação das posses privadas à comunidade” (FRANZEN, 1996, p. 25). Ao romper seus vínculos com o judaísmo, portanto, o cristianismo se expôs como uma nova doutrina e passou a apresentar um caráter universal, livrando-se de todas as características locais (KOVALIOV, 1959, p. 271). Todavia, existia um sentido de continuidade entre o judaísmo e o cristianismo, pois “várias idéias e atitudes características do judaísmo tradicional se afirmaram, permanecendo íntegras na estrutura do pensamento cristão” (CHADWICK, 1967, p. 09). Um exemplo disso é a crença de que Deus os havia escolhido como povo eleito.

O cristianismo, ademais, no final do primeiro século e início do segundo, transformou-se “num fato religioso, filosófico e social” (LIVET; MOUSNIER, 1996, p. 221). Começou, assim, a atrair a atenção da sociedade e do poder imperial romano. Já nesta época era visto por alguns como uma ameaça política e social à ordem então vigente. Devemos observar, contudo, que o judaísmo era tolerado pela sociedade romana, pois representava uma religião que tinha suas raízes já fincadas na história e no tempo. Os cristãos, por seu turno, não seguiam nenhuma tradição ancestral, nem mesmo a dos judeus, seus precursores.

O Estado Romano concedia liberdade de culto aos indivíduos, podia-se praticar uma segunda religião conquanto que o culto ao imperador fosse também praticado de acordo com as regras estabelecidas. Era muito importante a prática do culto ao *genius* imperial, já que este garantia a união do império, uma vez que o imperador era visto como o protetor, o patrono de toda a romanidade (LIVET; MOUSNIER, 1996, p. 193). Assim, uma das principais razões pela qual os pagãos se levantaram contra os adeptos do cristianismo foi a recusa destes últimos a prestarem culto ao imperador (ELIADE, 1979, p. 134).

O cristianismo foi também avaliado como *religio illicita* no Império Romano e seus adeptos perseguidos porque praticavam uma religião clandestina, que não contava com a autorização oficial (ELIADE, 1979, p. 134). Foram acusados de lesa-majestade, de *odium humani generis*,¹ de ateísmo, antropofagia, incesto, entre outras. Junto a isso, formavam um grupo à parte e eram muito misteriosos na celebração de seus cultos, o que desencadeava as

¹ O rancor político e religioso era visto como uma manifestação de ‘ódio pelo gênero humano’. (DONINI, 1988, p. 170).

calúnias pagãs. Foram acusados também de serem a causa das calamidades naturais, como a peste, as inundações e os incêndios. Essas acusações serviram para legitimar as perseguições que sofreram. Segundo Silva (2006, p. 242), só o fato de se considerarem cristãos era entendido como crime e traição. Geralmente, o que ocorria era que:

O governo [considerava] o cristianismo como uma seita secreta e misteriosa, [...] nem sempre sabia distinguir e facilmente podia tomar os cristãos por revoltosos. No entanto, em algumas coisas os cristãos davam motivos, como quando se negaram a fazer sacrifícios aos deuses, a curvarem-se perante o gênio do imperador ou a servir nas tropas. Isto criava em torno deles uma atmosfera de suspeita e [por isso] suscitaram perseguições, [e ainda], as autoridades vieram a concluir que os cristãos era um povo virtuoso, mas inexplicavelmente hostil à velha tradição religiosa e tão obstinados no seu desacordo que não mereciam simpatia nem tolerância, [dessa forma], cristandade era sinônimo de ofensa capital e muitos sofreram martírio em Roma, durante o século II (CHADWICK, 1967, p. 30-74).

Diante da situação sofrida, de acusações e perseguições, foi preciso afirmar e defender o cristianismo perante a sociedade pagã e o poder estatal. Neste contexto, surgem, durante o II século, os ‘Padres da Igreja’, ou seja, bispos e sacerdotes que se encarregaram de assegurar e defender a doutrina cristã, utilizando, sobretudo, da filosofia como aliada. Assim, produziram obras – apologias, cartas, discursos, etc. – com tal objetivo.

Os apologistas do cristianismo foram homens que se incumbiram da defesa literária do cristianismo. Estes eclesiásticos perceberam a dimensão que a Igreja havia tomado já no II século, não podendo, com isso, continuar ignorada e mal interpretada aos olhos da sociedade romana.² Tais escritores eram originários de indivíduos oriundos dos estratos sociais mais elevados da sociedade romana e que foram educados nos moldes da filosofia grecolatina. Os apologistas buscaram o diálogo com pagãos cultos, “em parte para justificarem a sua conversão, em parte, para defender os cristãos de preconceitos e de calúnias” (FRANZEN, 1996, p. 41). Os adeptos do cristianismo precisavam defender a doutrina cristã das correntes que lhe faziam oposição, entre elas a religião judaica, o Estado romano e a filosofia pagã.

Diante do exposto, nossa intenção neste artigo é analisar a apologia confeccionada pelo sacerdote Atenágoras de Atenas, intitulada *Petição em favor dos cristãos* e elaborada,

² O termo “Igreja” provém do grego *Ekklesia*, que significa reunião de cidadãos, a princípio, de uma *pólis*. Fazemos uso do termo *Igreja* para designar a estrutura organizacional da crença cristã. Temos consciência, porém, que o uso deste termo pode nos remeter ao cristianismo dito ortodoxo, que vemos florescer apenas a partir do IV século. Aqui, no entanto, *Igreja* será utilizada de maneira mais didática, como sinônimo de cristianismo.

provavelmente, entre os anos de 176 e 180 d. C., a qual foi dirigida aos imperadores Marco Aurélio e Cômodo.

Sobre Atenágoras, sabemos apenas que foi filósofo e sacerdote em Atenas, pois não chegaram até nós informações sobre a sua formação intelectual, suas origens, local e data de sua morte. Possivelmente frequentou cursos de retórica, já que a sua obra revela certa erudição.

É de extrema relevância a análise da apologia do sacerdote Atenágoras, pois nos mostra a conflituosa relação existente entre os adeptos do cristianismo e o poder imperial na época do Principado.³ O referido sacerdote buscou, por meio da literatura, defender os dogmas cristãos e se esquivar das acusações de ateísmo, incesto e antropofagia, as quais eram imputadas aos cristãos pela sociedade romana. De tal forma, Atenágora profere: “são três acusações que se propagam contra nós: o ateísmo, os convites de Tiestes e as uniões edípicas” (ATENÁGORAS, *Petição em favor dos cristãos*, Dedicatória, 3).

Os imperadores da dinastia dos Antoninos, assim como os seus predecessores, não chegaram a legislar contra o cristianismo. No entanto, neste período a “pressão pública hostil induziu os magistrados a dar tratamento brutal aos cristãos” (SIMON; BENOIT, 1987, p. 131). No reinado de Marco Aurélio e Cômodo o ataque contra os cristãos se acirrou e muitos foram executados (FRANZEN, 1996, p. 64). No entanto, de acordo com Pierini (1998, p. 66), o reinado de Cômodo marcou, em grande parte, um momento de alívio para os cristãos, pois a sua companheira, Márcia, simpatizava com o cristianismo e interveio em benefício dos cristãos condenados a trabalhos forçados na Sardenha.

A missão cristã, além de ter que enfrentar as perseguições desencadeadas por uma população desinformada a respeito dos cristãos, também sofria a ameaça de cultos orientais que representavam uma grande competição, sobretudo porque gozavam de proteção oficial.⁴ Ademais, era preciso enfrentar no seio do próprio cristianismo as cisões que

³ O Principado apresentou-se como um momento de reorganização política, espacial e temporal. Segundo Mendes (2006), foi um sistema político-ideológico baseado na centralização política em torno da figura do *princeps* e na instituição de um Império, legitimado, contudo, a partir de um discurso de manutenção da *Res publica* romana. Caracterizou-se, também, pela implantação de uma máquina político-administrativa para gerenciar o Império, pela consolidação das fronteiras imperiais e por um grande desenvolvimento econômico, beneficiando Roma e as províncias (PETIT, 1989). Esse contexto incluiu o período da *Pax Romana*, época relativamente de paz gozada pelo Império a partir de Augusto até o século II.

⁴ Os cultos orientais adentraram o Império, sobretudo após o século I, em razão de diferentes circunstâncias e com diversos atrativos. Diversos deuses e deusas foram sincretizados com os deuses greco-latinos. Estes perderam suas características locais, mudaram de nome, amalgamaram-se com outros e moveram-se para o Ocidente. O contexto da *Pax Romana* foi essencial para a disseminação e afirmação das crenças advindas do Oriente, uma vez que favoreceu o deslocamento habitual de indivíduos que corroboraram com a difusão destas por todo o mundo Romano (TURCAN, 2001).

surgiam e que ameaçavam a unidade cristã, isto é, as heresias, especialmente o gnosticismo (ELIADE, 1979, p. 136).⁵

De posse de tais informações visamos a compreender a relação dos cristãos com o poder imperial e com a sociedade romana pagã durante o século II d. C. Pretendemos destacar as razões que levaram os escritores cristãos à necessidade de defenderem sua crença e, assim, defendemos a hipótese de que as defesas cristãs, sob a forma de apologias, ao exprimir a crença e os hábitos de certo grupo de indivíduos, contribuíram para a consolidação da identidade deste grupo.

Para os cristãos, a sociedade pagã e o Império Romano não os entendiam, uma vez que os estigmatizavam, os perseguiam e não toleravam sua crença. Le Goff (2000, p. 38) afirma que a “intolerância se manifesta por meio de procedimentos de proibição, de exclusão ou de perseguição”. Porém, é de se perguntar por que uma sociedade que se dizia tão tolerante religiosamente, incorporando inclusive vários deuses ao seu panteão, foi tão intolerante com o cristianismo. De acordo com Rosa (2006, p. 151), os romanos, mesmo aceitando cultos distintos em Roma, não eram tolerantes em princípio, pois “toleravam o que não lhes parecia perigoso e eram intolerantes quando algo lhes parecia ser”.⁶

A crença cristã apresentou-se como um iminente perigo à civilização, já que os cristãos possuíam a pretensão de constituírem um “novo povo”, além de possuírem uma visão negativa dos valores políticos e morais romanos (DONINI, 1988, p. 176). Ao se negarem à prestação do culto imperial, os cristãos passaram a ser vistos como rebeldes e inimigos do império, e como tal, deveriam ser reprimidos (ALMEIDA, 2002, p. 74). A recusa em participar do culto pagão estatal, necessariamente associado a um monoteísmo exclusivista, fez com que os cristãos surgissem simultaneamente como ateus e inimigos do Estado (FRANZEN, 1996, p. 59).

Por vezes surpreende-nos o fato de que nos primeiros duzentos e cinquenta anos da era cristã as autoridades romanas não estavam muito preocupadas com os cristãos. A comunicação entre cristãos e o poder imperial acontece de fato no século II, quando da

⁵ O gnosticismo é um conjunto de correntes filosófico-religiosas sincréticas, oriundo da região da Ásia Menor. Exerceu influência sobre o cristianismo, sobretudo no século II. Tem como base elementos das filosofias que floresciam na [Babilônia](#), [Egito](#), [Síria](#) e [Grécia Antiga](#), combinando elementos da [Astrologia](#), das religiões de mistério e do [Zoroastrismo](#). O pensamento gnóstico foi muito variado, mas a essência era a mesma: o dualismo. De Deus foi tirada a responsabilidade de haver criado o mundo visível. Acreditavam que existiu um Demiurgo que havia criado o mundo terreno. Nesse mundo criado e no Homem (a mais orgulhosa criação do Demiurgo), havia-se introduzido uma faísca de divindade. Adiante, tornou-se tarefa de Deus dar ao homem o conhecimento, com o fim de que pudesse resgatar os pedaços da divindade que ali haviam aprisionado. Esse conhecimento lhe deu Deus, enviando Jesus ao mundo.

⁶ De Romilly (2000, p. 31) profere que “as ideias de tolerância e intolerância estiveram, com maior frequência, ligadas às questões religiosas”.

confeção das apologias. De acordo com Silva (2006, p. 244), “excetuando o caso de Nero e, muito provavelmente, o de Domiciano, não temos conhecimento de nenhuma condenação direta de cristãos pela casa imperial” até 249, quando irrompe a perseguição de Décio.

A construção da identidade cristã segundo Atenágoras de Atenas

Atenágoras, em sua apologia, sempre se refere aos imperadores Marco Aurélio e Cômodo com muito respeito. Reclama das injustiças que os cristãos sofrem, mesmo quando se comportam de “modo piedoso e justo [...] não só diante da divindade, mas também em relação ao império”, e de serem acusados, maltratados e perseguidos apenas por serem cristãos (ATENÁGORAS, *Petição em favor dos cristãos*, Dedicatória, 1). O sacerdote critica o posicionamento dos romanos quando diz respeito à diversidade de religiões existente no império, pois estes toleram a diversidade de religiões, mas em relação aos cristãos são intolerantes. Além disso, Atenágoras (*Petição em favor dos cristãos*, Dedicatória) solicita aos imperadores que sejam esclarecidos e justos ao julgarem os cristãos e que estes não sejam condenados apenas pelo nome que carregam.

Ao se referir a um dos dogmas cristãos, a fé em um deus único, profere que o cristianismo admite apenas um Deus, uno, incriado e criador de todas as coisas: “a nossa doutrina admite um só Deus, criador de todo este mundo, e ele não foi criado [...] e sim ele é criador de todas as coisas por meio do Verbo que dele procede. Portanto, sofremos [...] sem motivo a má fama e a perseguição” (ATENÁGORAS, *Petição em favor dos cristãos*, I, 4).

Por conseguinte, Atenágoras tenta se esquivar da acusação de ateísmo utilizando-se da opinião de grandes filósofos como, por exemplo, a de Platão, e profere que “se Platão não é ateu, por entender que o artífice do universo é um só Deus incriado, muito menos o somos nós, por saber e afirmar o Deus, por cujo Verbo tudo foi fabricado e por cujo Espírito tudo é mantido” (ATENÁGORAS, *Petição em favor dos cristãos*, I, 6).

Além de serem culpados de ateísmo, os cristãos foram também acusados de manterem relações incestuosas. Atenágoras, neste ponto, afirma:

Acusam-nos sobre comidas e uniões ímpias, pretendendo com isso encontrar alguma razão para nos odiar. Pensam que, amedrontando-nos, nos afastarão do nosso propósito de vida, ou, com suas acusações exorbitantes, nos exasperarão e arrumarão intrigas com os governantes (ATENÁGORAS, *Petição em favor dos cristãos*, II, 31).

Quando Atenágoras diz “que o vulgo arrumará intrigas com os governantes”, acreditamos que isso realmente ocorra, pois as perseguições antes do III século não se apoiaram em uma base legal. Elas não foram movimentos regulares e sistemáticos oriundos do poder estatal, mas delações de uma população [...] que possuía repulsa perante os que eram diferentes e viviam de modo diverso (Franzen, 1996, p. 60). Não há uma proscrição do poder central em relação aos cristãos, isto é, não há uma perseguição oficial, como já dito antes. O que se observa são ataques locais, isolados, promovidos pelas comunidades urbanas, que reclamam, em seguida, a intervenção das autoridades romanas.

Ao refutar as acusações de incesto, Atenágoras profere: “dependendo da idade, consideramos a uns como filhos e filhas, a outros como irmãos e irmãs, e aos mais velhos tributamos honra de pais e mães” (ATENÁGORAS, *Petição em favor dos cristãos*, III, 36). Dessa forma, concordamos com Franzen (1996, p. 60) quando este autor nos diz que o pretexto utilizado para a acusação de incesto cometido contra os cristãos se refere à denominação que os cristãos utilizam ao se designarem entre ‘irmãos’ e ‘irmãs’. O que realmente fica evidente nas palavras de Atenágoras.

Ao defender os cristãos das acusações de ateísmo, incesto e antropofagia, Atenágoras expõe algumas das crenças cristãs e se esquiva de tais acusações. Acreditamos que ao fazer isso ele colabora para a afirmação da identidade cristã, já que demonstra a unicidade de Deus contra o politeísmo, a conveniência e a necessidade da ressurreição (Pierini, 1998, p. 78).

Na medida em que os cristãos desprezaram o *modus uiuendi* greco-romano, a sociedade romana os representou e os estigmatizou de modo a depreciá-los, uma vez que “as multidões estavam sempre dispostas a acreditarem que catástrofes como dilúvios, más colheitas ou invasões bárbaras equivaliam a um sinal de descontentamento divino, provocado pela negligência com que era encarado o ateísmo cristão” (CHADWICK, 1967, p. 30).⁷

Concordamos com Joffe (1998, p. 110), para quem “uma das maneiras de a sociedade dominante controlar o medo é através da degradação do *outro*”. As representações do *outro* em tempos de crise refletem uma profunda divisão entre um “nós” correto e um “eles” desordenado, como parte de um processo de classificação que carrega todas as qualidades de defesa da comunidade contra o caos (Joffe, 1998, p. 125).

⁷ Sobretudo no reinado de Marco Aurélio, a população sofreu com “a devastação, em consequência das guerras do Danúbio, nas províncias da Récia, Nórícia, Panônia e Mésia, a epidemia de peste que assolou o Império [...], o fracasso da expedição de conquista contra os marcomanos [e] a revolta das legiões do Oriente” (OLIVEIRA, 1990, p. 9).

Além disso, podemos observar, como faz Joffe (1998, p. 111), que os períodos de mudança geram insegurança e produzem defesas para contrabalançar uma ansiedade provocada por tal crise, sendo uma delas as representações depreciativas.⁸ Podemos supor, ainda, que “tudo o que representa equilíbrio e harmonia numa cultura específica será mantido, em tempos de crise, e aqueles aspectos que são vistos como interferências serão associados à gênese da crise” (Joffe, 1998, p. 125). Já Ricoeur (2000, p. 20) nos diz que dois componentes são necessários à intolerância: a desaprovação das crenças e das convicções do outro e o poder de impedir que esse outro leve sua vida como bem entenda.

Seguimos, ademais, as declarações de Hérítier (2000, p. 24), que afirma que:

A intolerância é sempre [...] a expressão de uma vontade de assegurar a coesão daquilo que é considerado como que saído de Si, idêntico a Si, que destrói tudo o que se opõe a essa proeminência absoluta [e que] ela serve aos interesses que se julgam ameaçados.

Assim, podemos afirmar que o grupo de indivíduos que compunham a sociedade pagã greco-romana se fazia portadora de uma identidade “normalizada”.⁹ Atribuía-se características humanas superiores e classificavam os cristãos como pessoas de uma espécie inferior (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 20).¹⁰ Assim, a estigmatização acontece no sentido daquilo que Derrida nos diz sobre as oposições binárias, ou seja, que nelas não se expressam simplesmente uma divisão do mundo em duas classes simétricas, mas que numa oposição binária “um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa” (SILVA, 2000, p. 83). Assim sendo, os cristãos são taxados de ateus, antropófagos, incestuosos, inimigos do gênero humano, entre outras denominações.

Os desastres que acometeram a população greco-romana neste período da história imperial fundamentaram as razões das perseguições contra os cristãos, pois começaram a ser criadas as condições para tentar afugentar para os elementos impopulares a responsabilidade por todos os males do império, uma vez que no auge da carestia, das

⁸ As lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1987, p. 17).

⁹ “A partir dessa identidade “normalizada” é que são mensuradas as outras identidades, às quais se atribui uma carga de negatividade, o que as converte em alteridade, em comportamento estranho, exótico, não adaptado” (SILVA, 2004, p. 23).

¹⁰ Hérítier (2000:24) nos fala que “um arraigado mecanismo de intolerância e do racismo, [...] consiste na convicção de que outros não pensam, não sentem, não reagem como nós (qualquer que seja esse ‘nós’), que nos consideramos a essência da humanidade e da civilização”.

pestilências, das guerras e dos desastres militares, uma saída é sempre possível: atribuir a culpa aos grupos minoritários e dissidentes (DONINI, 1988, p. 176).¹¹

Acreditamos, assim, que a relação entre o paganismo e o cristianismo dentro do Império Romano se deu por meio de uma relação de poder na qual se conservou e se afirmou as citadas identidades. No entanto, o nosso intuito foi observar como se afirmou a formação da identidade cristã por meio de costumes e práticas próprias, isto é, diferentes das pagãs. É relevante destacar que concordamos com Silva (2000, p. 76) quando este autor afirma que a identidade e a diferença são criações das relações culturais e sociais que desenvolvemos com diversos grupos. Ao se relacionarem, cristãos e pagãos criavam para si valores que consideravam humanamente superiores e desprezavam os do *outro*. Nas palavras de Jovchelovitch (1998, p. 69): “as relações que o *eu* desenvolve com o seu *outro* [...], têm provocado medo, segregação e exclusão”.

Considerações finais

Ao efetuarmos a análise da apologia *Petição em favor dos cristãos* do ateniense Atenágoras percebemos que os cristãos tiveram a necessidade de tomar uma atitude perante o poder estatal e à população pagã greco-romana que não os compreendiam e muito menos os toleravam. Assim, vimos um esforço na tentativa de exporem perante os pagãos a crença cristã, seus dogmas e seus valores. Desejavam apenas ser tolerados e compreendidos, já que não possuíam a intenção de desrespeitarem a autoridade imperial. Não se viam como uma ameaça ao Estado, justamente porque não desrespeitavam a autoridade do imperador, apenas não lhe rendia cultos, porque para eles só Deus era merecedor de tal prestígio.

Nesse artigo analisamos como se dava a relação entre os cristãos e a sociedade pagã greco-romana no século II d. C., sobretudo, com o poder imperial, uma vez que a obra analisada para tal objetivo, *Petição em favor dos cristãos*, foi endereçada aos imperadores Marco Aurélio e Cômodo.

Constatamos o desenvolvimento de uma relação conflituosa entre pagãos e cristãos neste período. No entanto, tais conflitos, muitas vezes não passavam do campo da discussão, isto é, através da composição de obras que defendiam as duas crenças, a cristã e a pagã. Justamente por isso é que temos, neste momento, a grande fabricação de apologias.

¹¹ As intervenções das autoridades eram ocasionais e ocorriam principalmente por causa de “desabafos de uma multidão” (DONINI, 1988, p. 170).

Porém, essas desavenças religiosas abriram um terreno fértil para a segregação dos cristãos. A sociedade pagã não os tolerava. Além de não compartilharem de hábitos e costumes considerados tipicamente romanos, os cristãos ainda os criticavam. Faziam-se portadores da verdadeira crença, recriminavam as práticas pagãs e colocavam-se como grupo à parte, desejando apenas serem tolerados e compreendidos. No entanto, no Império Romano, o culto ao imperador era prática essencial “para boa ordem das coisas” e os cristãos negaram-se a tal exercício.

De tal modo, a sociedade pagã, sobretudo a elite, como maneira a depreciá-los acabam por estigmatizar os cristãos. Assim, surgem termos depreciativos que descrevem os adeptos do cristianismo nesta época. Os cristãos são taxados de ateus, antropófagos, inimigos do gênero humano, praticantes de delitos ocultos, tais como incesto, infanticídio e canibalismo ritual. Cria-se em volta deles todo um estigma proveniente da concepção pagã dos cristãos. Acreditamos que a estigmatização fazia-se necessária, pois a sociedade pagã romana sentia-se ameaçada por essa nova crença que se expandia – o cristianismo. Assim, para preservar sua identidade e afirmar sua superioridade, os intelectuais pagãos estigmatizam os cristãos, atribuindo-lhes predicados negativos e diferenciando-os como um grupo à parte e inferior.

Em contrapartida, ao estabelecerem para si práticas e rituais próprios, os cristãos diferenciaram-se do resto da sociedade romana, tornando-se um grupo à parte. Ao cunharem tal diferenciação, estabeleceram uma identidade e se classificaram entre “nós” (cristãos) e “os outros” (os pagãos).¹² Percebemos, então, que havia uma relação de poder entre os dois grupos, que lutam constantemente para afirmar as respectivas identidades.

Referências Bibliográficas

Documentação primária impressa:

ATENÁGORAS. *Petição em favor dos cristãos*. In: *Padres apologistas*. São Paulo: Paulus, 1995.

Textos de apoio:

ALMEIDA, J. *Origem e desenvolvimento do Cristianismo*. São Paulo: Camille Flamarion, 2002.

CHADWICK, H. *A Igreja primitiva*. Lisboa: Ulisseia, 1967.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1987.

¹² Tal processo de classificação é central na vida social, de acordo com Silva (2000, p. 82).

- DE ROMILLY, J. A Grécia Antiga contra a intolerância. In: DUCROCQ – BARRET, F. (Dir). *A Intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 31-33.
- DONINI, A. *História do cristianismo*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- ELIADE, M. *História das crenças e das idéias religiosas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FRANZEN, A. *Breve história da Igreja*. Lisboa: Presença, 1996.
- HÉRITIER, F. O eu, o outro e a intolerância. In: DUCROCQ – BARRET, F. (Dir). *A Intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 24-27.
- JAEGER, W. *Cristianismo primitivo y paideia griega*. México: Fondo de cultura econômica, 1961.
- JOFFE, H. Degradação, desejo e ‘o outro’. In: ARRUDA, Ângela (Org.). *Representando a Alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 109-128.
- JOHNSON, P. *História do cristianismo*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- JOVCHELOVITCH, S. Re(des)coabrindo o outro: para um entendimento da alteridade na Teoria das representações sociais. In: ARRUDA, Ângela (Org.). *Representando a Alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 69-82.
- KOVALIOV, S.I. *História de Roma*. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1959.
- LE GOFF, J. As raízes medievais da Intolerância. In: DUCROCQ – BARRET, F. (Dir). *A Intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 38-41.
- LIVET, G.; MOUSNIER, R. (dir.). *A Europa: das origens ao início do século XIV*. Lisboa: Europa–América, 1996.
- MENDES, N. M. O sistema político do principado. In: SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. (Org.). *Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Vitória: Edufes/Mauad, 2006. p. 21-51.
- OLIVEIRA, W. *A Antiguidade Tardia*. São Paulo: Ática, 1990.
- PETIT, P. *A paz romana*. São Paulo: EDUSP, 1989.
- PIERINI, F. *A Idade Antiga*. São Paulo: Paulus, 1998.
- RICCOEUR, P. Etapa atual do pensamento sobre a intolerância. In: DUCROCQ – BARRET, F. (Dir). *A Intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 20-23.
- ROSA, Cláudia Beltrão da. A religião na *Urbs*. In: MENDES, Norma Musco; SILVA, Gilvan Ventura da (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES, 2006, p. 137-160.
- ROSTOV'TZEFF, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SILVA, G. V. A relação Estado/Igreja no Império Romano (séculos III e IV). In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Vitória: EDUFES/ Mauad. 2006, p. 241-266.

SILVA, G. V. Representação social, identidade e estigmatização: algumas considerações de caráter teórico. In: FRANCO, S. P.; LARANJA, A. L.; SILVA, G. V. (Org.). *Exclusão social, violência e identidade*. Vitória: Flor e Cultura, 2004, p. 13-30.

SILVA, T. T. *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMON, M & BENOIT, A. *Judaísmo e cristianismo antigo*. São Paulo: Pioneira, 1987.

TURCAN, R. *The cults of the roman empire*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.